



CORREIO SINDICAL
MERCOSUL

ano IV – n. 150 – outubro 2003



Notícias Sindicais / Notas Sindicales

<http://www.sindicatomercosul.com.br>

Leia notícias sindicais dos países do Mercosul - atualizadas diariamente

Uruguay : seminário PIT-CNT analiza inserción internacional	Brasil : bancários Empregados em S.Paulo rejeitam nova proposta da Caixa	Argentina : metalúrgicos Lockheed suspendió a sus 900 empleados
Paraguay : docentes Docentes proponen elevar aporte a la Caja Fiscal	Brasil : crise Força Sindical critica redução de apenas 1 ponto da Selic	Argentina : gremial Polémica por una resolución sobre libertad sindical

Noticias do dia 22/10/2003

CCSC cambia secretario general y planea la V Cumbre Sindical Mercosur

En los últimos días 28 y 29 de Septiembre, la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur CCSCS - hizo nueva plenaria en Montevideo, donde analizo el cuadro actual del Mercosur, las relaciones externas del bloque y principalmente las perspectivas de la reunión de Presidentes el 16 al 18 de diciembre, cuando de tratará del documento "Objetivo 2006", presentado por el gobierno brasileño en la reunión junio pasado en Asunción.

La evaluación es que se vive un momento muy favorable para avanzar en el Mercosur y que los nuevos Presidentes electos (Argentina, Brasil y Paraguay) están apuntando varios problemas y defendiendo propuestas que coinciden con los posicionamientos de la CCSCS desde el 1994.

Pero también hubo consenso que para revertir la crisis económica y social que condiciona tremendamente el futuro del Mercosur, es necesario cambiar profundamente las políticas e medidas de ajuste y desregulación adoptadas en los cuatro países en los años 90 e implementar programas e acciones que permitan materializar los principios y objetivos plasmados en el documento Objetivo 2006 y en los constantes pronunciamientos de los mandatarios del Mercosur.

También se trató de la relación del acercamiento político del gobierno chileno con los presidentes del Mercosur y de la necesidad de se avanzar hacia una integración económica y social.



**Sindicato Mercosul
Mercosur**

Promoção – Fundação Friedrich Ebert
Apoio – Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul

Edição - CESI

Por esas razones las centrales sindicales que integran la CCSCS (Argentina – CGT y CTA; Brasil - CUT, FS y CGT; Chile – CUT; Paraguay – CUT y Uruguay - PIT- CNT) entendieron que la V Cumbre Sindical debe tener como eje una posición afirmativa y positiva hacia la integración subregional y continental y reafirmar la vocación ya manifiesta por la CCSCS de participar en la construcción de los cambios propuestos. Así mismo la CCSCS decidió presentar a los

Presidentes del Mercosur un documento con su visión del proceso, sus necesidades y las propuestas que ya ha elaborado en materia promoción de la producción y del empleo.

También se decidió realizar una reunión con el los/las representantes del - Consejo Consultivo Laboral Andino- CCLA, para analizar las negociaciones Mercosur y Can, definir un plan de trabajo y aprobar un segundo documento a ser presentado a la reunión de los Presidentes de los dos bloques.

Rafael Freire es el nuevo secretario de la CCSCS- Otro tema importante tratado en la plenaria fue el cambio de la Secretaria General. El cambio fue propuesto por el compañero Eduardo (Lalo) Fernández hasta entonces el secretario, que informó el término de su mandato y propuso el nombre de Rafael Freire director de la CUT Brasil y representante de esta central en la Coordinadora. Aprobado por unanimidad, Rafael propuso que hasta diciembre la secretaria fuera compartida entre los dos y en enero la responsabilidad se trasladaría a la CUT. La Secretaria Técnica continuará en Montevideo a cargo de Javier Silva del PIT- CNT.

Calendario aprobado por la CCSCS

14/12	Plenaria de la CCSCS
15/12	mañana : cumbre CCSCS; tarde: reunión CCSCS y el CCLA.
16/12	acto político
17/12	Plenaria de la CCSCS (aprobará plan de trabajo 2004)

Consenso de Buenos Aires

Pela quarta vez em 10 meses, os Presidentes do Brasil, Luis Inacio Lula da Silva e da Argentina, Nestor Kirchner se encontraram para uma reunião política. Desta vez no entanto, além dos problemas e as perspectivas do Mercosul e de suas relações externas - com os demais países da América do Sul, das Américas e na OMC - os dois presidentes debateram e acordaram uma estratégia e uma visão comum de inserção na economia mundial e de condução de suas políticas internas. Os principais aspectos do documento programático foram incluídos no denominado de Consenso de Buenos Aires (**em anexo em português e em espanhol**) – de onde destacamos alguns dos pontos apresentados a seguir. Além disso os dois mandatários assinaram um conjunto de acordos e protocolos bilaterais (que podem ser encontrados na pagina do Sindicato Mercosul) e realizaram uma viagem ao glacial Perito Moreno – região de Kirchner – e deram uma longa e descontraída entrevista a Horacio Verbitsky de **Página 12** que vale a pena ser lida (**em anexo em espanhol**).

Alguns destaques da reunião

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente Néstor Kirchner firmaram sete instrumentos bilaterais em que assumem compromissos cujo impacto transcende os limites da integração das duas economias. O principal documento foi no campo político, através do Consenso de Buenos Aires, uma ampla declaração de princípios em relação à consolidação da democracia, à busca do desenvolvimento sustentável, ao combate à pobreza, à desigualdade, à fome e ao desemprego, entre outros problemas sociais que afetam todos os países da América do Sul.

O Consenso também ratifica a posição dos dois governos quanto ao papel do Mercosul e de sua disposição de fortalecê-lo por meio "do aperfeiçoamento de suas instituições nos aspectos comerciais e políticos e da incorporação de novos países". Nesse sentido, o documento reitera a decisão dos dois presidentes de "incrementar as ligações do Mercosul com outros sócios, em particular a Comunidade Andina, com o objetivo de obter maior prosperidade para todos".

Lula e Kirchner também expressaram sua convicção de que a integração regional "constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a nossa capacidade de negociação". Com base nessa premissa, ambos afirmaram, no documento, que continuarão a participar nas negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), a partir do Mercosul, em busca de um "acordo equilibrado que respeite os interesses díspares dos participantes" (...).

Projetos de infra-estrutura na América do Sul – Mais uma vez os Presidentes de Argentina e Brasil reafirmaram a preocupação que um econômico e político na América do Sul não poderá prosperar sem que se avance na integração física que permita a ampliação e o compartilhamento de suas infra-estruturas de energia, comunicações e transportes, o intercâmbio comercial pouco poderá evoluir. Nesse campo, a ida de Lula à Argentina também propiciou avanços importantes. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinou acordo com a instituição argentina de fomento, o Banco de Investimento e Comércio Exterior (Bice), para financiar obras de infra-estrutura. O acordo prevê a destinação, por parte do BNDES, de US\$ 1 bilhão para essas obras e para operações de comércio exterior entre os dois países. Também está prevista a participação da Corporação Andina de Fomento (CAF) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Entre os projetos a serem financiados por essas instituições na área de transportes destaca-se a integração de 20 mil quilômetros de linhas férreas da Argentina e do Brasil. Outro empreendimento prioritário é a reativação do Trem Transandino, entre a Argentina e o Chile, e ampliação e modernização do transporte ferroviário de cargas no norte argentino. O Transandino deixou de circular em 1978, depois de 60 anos de operação, e sua volta aos trilhos exigirá aportes da ordem de US\$ 260 milhões.

O programa de investimentos também contempla a modernização e ampliação da ferrovia Belgrano, com extensão de 10 mil quilômetros, que, apesar de elemento-chave para a integração regional, não tem sido aproveitada. O investimento inicial será de US\$ 90 milhões, em 2004, cifra que será acrescida de US\$ 100 milhões para conclusão das obras. A modernização dessa ferrovia melhorará o tráfego de mercadorias dentro da Argentina e nas regiões meridionais do Brasil e Bolívia. Sua interconexão com o Trem Transandino também propiciará maior eficiência no transporte de mercadorias no norte do Chile.

Recentemente, o BNDES e a CAF definiram 24 projetos de infra-estrutura voltados para a integração regional, num programa de investimentos que transforma a América do Sul em um continente de oportunidades. Entre esses projetos inclui-se a implantação, pela Construtora Norberto Odebrecht, da hidrelétrica de San Francisco, no Equador, finalmente viabilizada porque o Banco Central está reativando o mecanismo de Convênio Recíproco de Crédito (CCR). (*Gazeta Mercantil*, 22/10/03)



Principales decisiones de la IV Reunión Extraordinaria del Consejo del Mercado Común- Montevideo, 6 de octubre de 2003

- **Mandatos del CMC** - que define un Plan de Acción a diciembre de 2003 e instrucción al GMC a continuar los trabajos con miras a aprobar el Programa de Trabajo 2004-2006 en ocasión del XXV Reunión Ordinaria del CMC (*mediados de diciembre*). Además resaltó la necesidad de adoptar, en todas las áreas de negociación, tratamientos diferenciales en el Mercosur, como forma de profundizar la Unión Aduanera y lograr incrementos en los niveles de desarrollo de todos los Estados Partes.
- **Servicios y solución de controversias** - el CMC subrayó la importancia de que los Protocolos de Montevideo y de Olivos sean ratificados por todos los Estados Partes, a la mayor brevedad posible.
- **Tratamiento de las de las Asimetrías** - propuestas presentadas por los países

Paraguay – La propuesta, que ya había sido presentada por ese gobierno en la última reunión de Presidentes en Asunción, recibió el apoyo de las Delegaciones que manifestaron que, dicho principio, debe ser incorporado de manera transversal en los distintos ámbitos de negociación. Además se resolvió que el GMC las considere de manera prioritaria durante el presente semestre con vistas a su aprobación, de ser posible, en la XXV Reunión Ordinaria del CMC.

Uruguay - Tratamientos diferenciales en el Mercosur – presentada para conocimiento y será considerada en el ámbito del GMC con vistas a la XXV Reunión del CMC.

Argentina- Programas Económicos para el tratamiento de las Asimetrías en el Mercosur - La Delegación de Argentina efectuó una exposición de su propuesta y del Programa de Trabajo 2004-2006, que serán considerados en el ámbito del GMC con vistas a la XXV Reunión del CMC.

- **CRPM** - El CMC aprobó las Decisiones N° 11/03, 14/03 y 15/03, por medio de las cuales se crea la Comisión de Representantes Permanente del MERCOSUR (CRPM), se decide sobre el presupuesto del mencionado órgano y designa como su Presidente el Sr. Eduardo Duhalde, ex-presidente de la República Argentina.
- **Mercosur – CAN** – manutención de la propuesta a la Secretaría General de la Comunidad Andina para realización de la reunión Mercosur – CAN - a nivel Ministerial - el 29 de octubre.
- **Comisión Parlamentaria Conjunta** - El CMC recibió el Acta N° 2/03 de la Mesa Ejecutiva de la CPC, la Disposición N° 8/2003 y aprobó el Acuerdo Interinstitucional entre el CMC y la CPC, relativo a las consultas mutuas para la internalización de normas Mercosur que requieren aprobación legislativa.
- **Secretaría Técnica** - El CMC instruye al Director de la Secretaría del MERCOSUR a firmar los respectivos contratos con los 04 Consultores Técnicos aprobados en el concurso (dos juristas y dos economistas – uno de cada país).

La **Comisión de Representantes**, tendrá cuatro miembros (uno por cada país), y un presidente, cuya designación por aclamación recayó en Duhalde, que asumirá sus funciones en diciembre, cuando en Montevideo se cumpla la habitual cumbre semestral de presidentes de los países del Mercosur. Según dijo a la prensa (*ABC Color*, 07/10/03) el canciller de Uruguay, Didier Opertti, dijo a la prensa que el presidente de la Comisión recién creada tendrá entre sus competencias, llevar adelante la coordinación y la cooperación con los órganos del Mercosur' y además, Duhalde tendrá "la capacidad de representar al Mercosur en la negociación externa".

Brasil tem anteprojeto de Parlamento- O grupo de oito parlamentares ligados às questões do Mercosul no Congresso Nacional, que integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua visita à Argentina, leva o anteprojeto de criação do Parlamento do bloco.

Como os deputados da oposição pediram vistas ao processo e uma maior discussão com a sociedade civil, o texto segue para a Argentina sem ainda ter passado pelo crivo de uma das mais importantes comissões da Câmara Federal sobre o Mercosul.

O anteprojeto é aberto para que os demais países - Argentina, Uruguai e Paraguai - possam acrescentar suas considerações no documento. Sugere-se a eleição direta de representantes nos quatro países que comporiam o Parlamento Transnacional do Mercosul. (Gazeta Mercantil, 16/10/03)

Reforma Tributária e Mercosul - A reforma tributária que o país pretende fazer nos próximos anos precisa contemplar a harmonização dos impostos no âmbito do Mercosul para evitar que o Brasil perca competitividade em relação à Argentina. A conclusão pode ser tirada de um estudo que será apresentado hoje pelos pesquisadores Fernando Rezende e Ernesto Rezk durante o seminário "Reforma Tributária e Integração do Mercosul", organizado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), em Brasília.

"Diferenças na tributação, caso a integração se aprofunde, podem criar distorções", afirmou Rezende, professor da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da FGV. Um análise global dos impostos mostra o Brasil em desvantagem com relação à Argentina. "Além de maiores, os impostos cobrados no Brasil são de pior qualidade que os aplicados por nossos vizinhos", afirma o estudo que será apresentado.

Rezende diz que é preciso fazer estudos para cada setor da economia para compreender as diferenças e entender as vantagens e desvantagens de cada país.

Na palestra que irão apresentar hoje, Rezk, diretor do Instituto de Economia e Finanças da Universidade de Córdoba, e Rezende focam a análise em três cadeias produtivas -soja, carne bovina e frangos. As três são importantes para a pauta de exportação dos dois países em questão.

As desvantagens brasileiras que os números agregados revelam não são tão claras quando se faz um estudo minucioso dos casos.

Uma das principais conclusões na análise da cadeia da soja é que o Brasil cria dificuldades para a exportação de produtos mais elaborados. O discurso do governo é exatamente o contrário, de fomentar a exportação de bens de maior valor agregado.

Na Argentina, acontece o contrário. Há mais vantagens tributárias para quem exporta óleo de soja (maior valor agregado) do que soja em grão, o produto mais básico. (Folha de São Paulo, 16/10/03)

Sinal verde para Tribunal do Mercosul - A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que queria anunciar a entrada em vigor do tribunal durante sua visita à Argentina, o Senado aprova, em regime de urgência, a mensagem do governo que dará validade legal às decisões do tribunal permanente do Mercosul, com poderes para resolver pendências comerciais entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. O projeto de ratificação do protocolo de Olivos já havia sido aprovado pela Câmara em setembro, praticamente sem discussão, no esforço para limpar a pauta do Congresso para a reforma tributária; a falta de quorum impediu que o Senado votasse a medida na Comissão de Relações Exteriores, na última quinta-feira, e, após uma série de telefonemas do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, para o presidente da comissão, Eduardo Suplicy (PT-SP), e o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-MA), decidiu-se levar o assunto diretamente à votação no plenário do Senado, na terça-feira. O presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, deputado Doutor Rosinha (PT-SC) participou do lobby pela aprovação rápida do protocolo de Olivos.

Pelo **Protocolo de Olivos**, serão nomeados cinco juízes (um por cada sócio e um por consenso) para o tribunal, que terá sede em Assunção. Esse tribunal dará a palavra final quando um dos países considerar que alguma medida tomada pelo sócio contrarie os compromissos assumidos no Mercosul, criando uma jurisprudência válida para os integrantes do bloco.

Até hoje, as disputas entre os países eram resolvidos segundo as regras do protocolo de Brasília, assinados em 1991, que determinava a nomeação de árbitros para julgar separadamente cada divergência, o que chegou a criar decisões contraditórias. Como nos quase 13 anos de existência do bloco só houve nove casos em que os países recorreram ao protocolo de Brasília para resolver suas disputas, essas contradições não chegaram a afetar o Mercosul, mas preocupavam, principalmente, os sócios menores, e criavam um clima de instabilidade jurídica para as decisões dos investidores. Os especialistas acreditam que o tribunal permanente estimulará mais recursos nos casos de disputa, como forma de consolidar as regras do bloco.

Pelo protocolo votado, uma vez escolhido tribunal para solucionar a disputa, qualquer país do Mercosul não poderá, se contrariado, usar outro mecanismo de solução de controvérsias, como o da Organização Mundial do Comércio. Não poderia se repetir, por exemplo, o caso do Brasil contra as barreiras argentinas ao frango brasileiro, há três anos, quando os árbitros do Mercosul decidiram contrariamente aos interesses do país e o Itamaraty apelou para a OMC. (*Valor Econômico*, 13/10/03)

Vázquez quiere imprimir un "cambio radical" al Mercosur - En una entrevista concedida a la AFP en París, donde efectúa una visita oficial, Vázquez aseguró que, en caso de victoria del EP-FA en las elecciones de 2004, "un gobierno de izquierda en Uruguay va absolutamente a facilitar el proceso de renovación y de reforzamiento del Mercosur". Para él, "el presidente (uruguayo) no está apoyando el proceso de integración regional" y defiende que Uruguay debe hacer un acuerdo bilateral como el que logró Chile. Para el Mercosur, sin embargo, "es absolutamente prioritario, desde el punto de vista estratégico". Dijo que va "a privilegiar en una primera etapa el desarrollo del bloque como estrategia de inserción de nuestro país" y que su partido propone reformular el Mercosur para que sea "más profundo, más democrático, más participativo".

Sobre el Instituto Monetario Vasques dijo que ese debería permitir que "el manejo de la moneda en nuestros países se haga de tal forma (...) que si uno de los países del Mercosur va a devaluar, lo sepan con anterioridad los otros países y puedan tomar medidas y no los tome por sorpresa" y insistió en la necesidad de que haya "una cierta banda de flotación para que las devaluaciones que se producen sean razonables". Así mismo apoyo la creación de un Parlamento del Mercosur pero subrayó que eso debe ocurrir en una segunda etapa. "Primero hay que hacer funcionar bien la comisión parlamentaria del Mercosur", tras señalar que dicha comisión "no se reúne nunca, porque no existe la voluntad política de que esto funcione. Más adelante, se va dar como se dio en la Unión Europea, la creación de un Parlamento del Mercosur", afirmó. (*La Republica/Uruguay*, 03/10/03)

El comercio de ALADI - Según el Secretario de ALADI la comparación entre el primer semestre de 2003 en relación al del 2002, demuestra que el comercio intra-ALADI llegó a 19.500 millones de dólares (un incremento de 7% - poco más de 1.300 millones). Esto se debe principalmente a la recuperación de la economía de Argentina y el aumento del intercambio comercial entre las naciones del Mercosur que pasó de 5.000 millones a 5.870 millones de dólares en los períodos analizados. El comercio intrandino (CAN) se mantuvo en los 2.400 millones de dólares en el primer semestre de 2003 (unos 100 millones el primer semestre del 2002).

La ALADI, en 1980 sustituyó a la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio, está conformada por Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Cuba, Chile, Ecuador, México, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela.

Por otro lado el superávit comercial extra-ALADI se duplicó. Los países han exportado 149.772 millones de dólares, un 8,2 por ciento más que en 2002, e importado por 138.983 millones, una variación positiva de 0,5 con relación al primer semestre del año pasado. (*La Republica-Colombia*, 06/10/2003)

Los Andinos armonizan sus datos- El Comité Andino de Estadística es el órgano técnico de la Secretaría General de la Comunidad Andina. Hasta hoy, los representantes de Colombia, Perú, Ecuador, Bolivia y Venezuela evalúan la ejecución del programa estadístico comunitario 2000-2004.

La agenda trata la difusión del apoyo de la cooperación técnica internacional de países como Francia, España y el Banco Mundial. La reunión, que concluye hoy, es la segunda que se efectúa en el año. "Está encaminada para que en el largo plazo se armonicen las estadísticas en los países andinos", explicó Escobar.

A Francisco Costa, director del Instituto Nacional de Estadísticas de Perú, le preocupan los avances del sector. "Tenemos progresos en lo que corresponde a los índices de precios y cuentas nacionales". Mientras tanto, Ella Peña, del Departamento Administración Nacional de Estadísticas de Colombia, cree que es importante llegar a un acuerdo para determinar políticas comerciales y de integración. *(El Comercio/Equador, 07/10/2003)*



El G-20 reclamó una liberalización justa y equilibrada del comercio- Representantes diplomáticos de diversos países se reunieron hoy en Buenos Aires para acordar posturas en común respecto al tema. Ministros y funcionarios de países de América latina, Asia y África que integran el Grupo de los 20 reclamaron hoy en esta ciudad un proceso de liberalización justo y equilibrado del comercio en la Organización Mundial del Comercio (OMC) y advirtieron que la agricultura es una parte central de las negociaciones.

"Coincidimos en que el sistema multilateral de comercio es esencial para continuar con el proceso de liberalización comercial sobre bases justas y equilibradas", señaló la Declaración de Buenos Aires, firmada por la Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egipto, India, México, Paraguay, Sudáfrica y Venezuela.

Estos países, que se rebelaron en la última cumbre de la Organización Mundial del Comercio (OMC) en Cancún, señalaron que "el concepto fundamental de la ronda de Doha (noviembre de 2001) es el desarrollo y la agricultura es la parte central de las negociaciones".

Durante la conferencia de prensa en el Palacio San Martín, el canciller argentino, Rafael Bielsa, en su condición de vocero, sostuvo: "La reunión de hoy buscó desescalar el lenguaje confrontativo. No fue una reunión del G-20, o del G-X, o como quieran llamarlo, sino de países que tenemos una visión semejante de las negociaciones agrícolas".

Tras su creación en la cumbre de la OMC en Cancún, en septiembre último, el G-20 sufrió varias deserciones y hubo otros países que estuvieron ausentes del encuentro de Buenos Aires, considerado "informal" por los cancilleres de Brasil y Chile. El Grupo condena los subsidios agrícolas en los países desarrollados. *(La Nación/Argentina, 13/10/03)*

União Européia propõe criar a OMC2 - A União Européia está propondo a criação de uma OMC2, na qual possam ser tratados os temas que levaram ao fracasso a mais recente Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (por enquanto única), como regras para investimentos, compras governamentais, política de concorrência e facilitação de negócios.

O irônico no trabalho preparado pela Comissão Européia, é que ele critica o **G20plus** mas faz uma proposta que se assemelha à que o Mercosul está apresentando para a ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). O documento europeu (obtido pela agência France Presse) diz que a **OMC1** trataria dos temas clássicos do comércio (redução das tarifas de importação e regras básicas), ao passo que a **OMC2** iria além e incorporaria os chamados novos temas ou "temas de Cingapura", porque foram introduzidos na agenda global na 1ª Conferência Ministerial da instituição, que foi realizada exatamente em Cingapura (regras para investimentos ou compras governamentais, serviços, etc). A Comissão Européia propõe que quem quiser aceitar os novos temas entre para a OMC2, mas adverte: "Se só os países com mais visão de futuro aceitarem, os países não-participantes se beneficiariam da mesma maneira devido à cláusula de nação mais favorecida".

Não obstante, o texto europeu levanta dúvidas sobre a disposição do Mercosul para negociar de fato a liberalização comercial, seja no âmbito global, seja no regional. Depois de mencionar as negociações Mercosul/União Européia, o texto volta a atacar o G20plus, ao dizer que "a heterogeneidade dessa coalizão tornou impossível para ele negociar com outros a substância de qualquer item". (Folha de São Paulo, 07/10/03)

Brasil perde US\$ 1,8 bi com as barreiras estadunidenses - Exportadores brasileiros sofreram perdas de US\$ 1,8 bilhão por causa de sobretaxas impostas pelos Estados Unidos no mercado norte-americano nos últimos 11 anos. Enquanto as barreiras não forem revogadas, o prejuízo aumenta US\$ 160 milhões, em média, por ano.

As estimativas são de um estudo sobre o impacto das ações antidumping e anti-subsídios nas exportações brasileiras para os Estados Unidos. As medidas antidumping e anti-subsídios geram incertezas, o importador suspende temporariamente suas compras no país e aguarda o processo definir-se para decidir se refaz seu estoque com o mesmo fornecedor ou não.

O estudo mostra que a indústria siderúrgica é a mais atingida. Alvo de 76% das investigações abertas contra produtos brasileiros, deixou de vender US\$ 1,3 bilhão comparado a vendas de anos anteriores. A média anual de prejuízo para as exportações do setor foi de US\$ 135 milhões nos últimos dez anos.

O presidente George W. Bush deve decidir nos próximos dias se mantém ou não as sobretaxas de 24% contra o aço estrangeiro por mais 18 meses.

Considerados esses "efeitos arrasadores" sobre as exportações, foi descoberto por que as siderúrgicas brasileiras começaram a investir em usinas nos EUA, seguindo o caminho dos fabricantes de automóveis japoneses quando estes enfrentaram restrições comerciais norte-americanas nos anos 80 e 90. (Gazeta Mercantil, 11/09/03)



Empresas

Ambev no afectaría a Bavaria- La principal cervecera de América Latina, la brasileña Ambev ha estado buscando presencia en los mercados de la región Andina, incluyendo Colombia, pese a que impera una operación nacionalista dominada por el Grupo Empresarial Bavaria (GEB).

Sin embargo, la posibilidad de que la Companhia de Bebidas das Americas, como se denomina Ambev, contemple la posibilidad de ingresar a Colombia con planta propia no implicaría un cambio dramático en la posición del GEB, de acuerdo con la calificadora Fitch Ratings.

La competencia por el mercado cervecero de América Latina se viene dando con antelación en otros países donde Bavaria tiene participación accionaria, como es el caso de Perú. Allí Ambev prevé abrir el próximo año una planta con una capacidad de un millón de hectolitros en uno de los mercados de más bajo consumo en Suramérica con sólo 21,5 litros por habitante en 2002 y 22 en lo que corrido de este año.

Con su cerveza Brahma, Ambev entrará a competir con el más grande productor local, la Unión de Cervecerías Peruanas Backus y Johnston, controlada por el GEB.

Al respecto, Duff & Phelps indicó en el informe sobre la calificación otorgada recientemente a Bavaria S.A. (AAA) a sus emisiones de bonos ordinarios, que ante el ingreso de Ambev al mercado peruano, la empresa colombiana ha diseñado una serie de estrategias con el fin de contrarrestar su presencia, entre las que se encuentra un mejoramiento de sus márgenes de producción por medio de la racionalización de gastos y la modernización de sus plantas.

AmBev se ubica como la sexta compañía cervecera a nivel mundial y la más grande en Suramérica. Exporta sus productos a Paraguay, Uruguay, Argentina, Colombia, Chile, Bolivia, Estados Unidos, Portugal, España, Italia, Francia, Inglaterra, Alemania, Suiza, Angola y Japón, mientras que sus plantas están ubicadas en Brasil, Venezuela, Argentina (Quilmes) y Guatemala

(CabCorp). Por su parte, el GEB, con inversiones en Panamá, Ecuador y Perú se ubica como la décimo primera empresa más grande de producción de cerveza en millones de hectolitros a nivel mundial y la tercera más grande en América Latina. Su participación de mercado en Colombia es de 98 por ciento, en Panamá de 87 y en Perú y Ecuador de 99. (*La Republica/Colômbia*, 08/10/2003)

Se triplicó número de empresas brasileñas que exportan al Mercosur - El número de empresas exportadoras brasileñas hacia el Mercosur prácticamente se triplicó en once años, al pasar de 3.843 empresas en 1990 a 11.436 en 2001, según una encuesta del estatal Instituto de Pesquisa (Investigación) Económica Aplicada (Ipea) publicada el domingo.

"El crecimiento del número de empresas acompañó el boom del comercio entre los países del bloque", dijo el presidente de la Confederación Nacional de la Industria (CNI), el diputado federal Armando Monteiro.

El empresario y parlamentario está convencido de que el intercambio comercial entre los países del bloque se incrementará aún más. Pero, según el Ipea, la oferta de empleos no creció de la misma manera.

En 1990, las exportadoras empleaban 1.579 personas y en 2001, este número pasó a 1.913, según los datos del Ipea.

Las empresas de las regiones más cercanas a los demás países del Mercosur fueron las más beneficiadas en las exportaciones.

Las exportaciones brasileñas a los países del Mercosur pasaron de 1.540 millones de dólares en 1990 a 5.470 millones en 2001.

Las regiones sur y sudeste, justamente las más desarrolladas e industrializadas del país, fueron las que obtuvieron los mejores resultados.

La sur, que exportaba 311 millones en 1990, alcanzó 2.430 millones de dólares en 2001, mientras la región sudeste triplicó sus ventas que pasaron de 1.070 millones a 3.180 millones dólares.

La mayoría de las empresas exportadoras de las regiones sur y sudeste fueron las que más crecieron en estos once años. Las sureñas pasaron de 1.047 en 1990 a 4.446 en 2001, mientras las del sudeste pasaron de 2.400 a más de 6.000 en 2001. (*El Observador/Uruguay*, 13/10/03)

Exportação de carros deve bater recorde este ano- Nem a nova disputa comercial com a Argentina nem o desaquecimento do mercado interno estão tirando o bom humor do setor automotivo brasileiro que, este ano, deve comemorar um recorde de US\$ 9 bilhões em exportações, cerca de 20% a mais do total exportado em 2002. O mais importante nesse resultado é que o déficit que a indústria amargava até poucos anos atrás foi revertido e o superávit entre janeiro e julho deste ano já soma US\$ 2,4 bilhões, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Os principais responsáveis por esses números positivos, porém, não são mais os argentinos, que até 1997 absorviam quase 40% do que o Brasil exportava em veículos, máquinas agrícolas, carrocerias e autopeças para o mundo. Atualmente, são países como os Estados Unidos, o México e a Ásia os principais destinos desses produtos. (*Agência Estado- Global* 21 – 26/09/03)

Aço: produção mundial mais lenta- A produção mundial de aço bruto totalizou 77, 871 milhões de toneladas métricas no oitavo mês do ano. A tendência de crescimento da produção mundial de aço bruto se manteve em agosto, mas em ritmo mais lento do que o registrado nos últimos meses. A produção mundial de aço bruto totalizou 77, 871 milhões de toneladas métricas no oitavo mês do ano, o que representa um crescimento de 4,7% sobre o mesmo mês do ano passado. Em comparação a julho, porém, houve queda de 1,1%.

O aumento da produção na China, segundo dados do Instituto Internacional de Ferro e Aço (IISI, na sigla em inglês), que contabiliza a produção de 63 países, de um lado continua puxando o crescimento do setor. Do outro lado, contribuíram para frear o ritmo da siderurgia em agosto a redução da produção nos Estados Unidos e na Comunidade Européia.

No acumulado dos primeiros oito meses do ano a produção mundial de aço totalizou 622,875 milhões de toneladas, volume 7,6% maior que o mesmo período de 2002, o equivalente a um acréscimo de 43,884 milhões de toneladas. Na opinião do analista da Tendências Consultoria, Armando Cesar Franco, a expectativa é de que a produção chinesa totalize 214 milhões de toneladas em 2003, o que representa um crescimento de 19,9% sobre 2002. "As preocupações começam agora a se voltar para 2004. Será que a China sustenta esse ritmo de crescimento no próximo ano?", indaga.

A retração da produção siderúrgica nos EUA, por sua vez, mostra que a recuperação da economia do país deve acontecer mais tardiamente do que o esperado. "Isso porque as importações de aço também têm registrado queda", afirma. A expectativa do analista é de que a produção de aço nos EUA totalize 88,5 milhões neste ano, queda de 3,4% sobre 2002. (Agência Estado - Global 21 – 26/09/03)



Notas

América Latina volta aos anos 80- Estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que o desemprego na América Latina está no maior nível dos últimos 20 anos e, os salários, se não estão mais baixos, tiveram aumentos muito reduzidos. Também cresceram as desigualdades entre os trabalhadores. A falta de crescimento e as crises econômicas que a região atravessou na década de 90 fizeram o desemprego voltar aos mesmos níveis do auge da crise da dívida externa, no início dos anos 80, de cerca de 10%, em média.

Segundo o "Relatório de progresso econômico e social", lançado ontem em Brasília, o desemprego cresceu principalmente após 1994 e 1998, períodos que sucederam crises internacionais importantes e que foram marcados pelo baixo crescimento. Nos últimos dez anos, os salários dos trabalhadores caíram ou cresceram muito pouco na América Latina, segundo o BID. O mercado de trabalho na região também foi desigual na década de 90, com mulheres, jovens, trabalhadores não qualificados e sem proteção social constituindo a maioria dos desempregados. Enquanto a média de homens empregados na América Latina chega a 83,3%, a de mulheres não passa de 47,6%.

Com relação a salários, 50% da população da região ganha menos de US\$ 1 por hora, não conseguindo sair da linha de pobreza. As mulheres brasileiras são as que ganham menos em comparação aos homens: a diferença chega a 46,78%, a maior variação da América Latina. Em seguida, vêm a Guatemala (33,38%) e o Equador (30,12%). Metade dos trabalhadores não conta com a proteção social prevista na lei, segundo o BID. Cerca de 20% dos informais, ou um em cada cinco trabalhadores, estão ocupados em grandes empresas fora do alcance da lei.

Segundo o BID, o mercado de trabalho da América Latina reflete a desigualdade de renda, entre as mais altas do mundo. Enquanto nos países da região um trabalhador mediano ganha cinco vezes mais que os 10% mais pobres, na maioria das nações desenvolvidas essa diferença não chega a duas vezes. No Brasil, a variação é de quatro vezes.

Educação, sexo e experiência explicam cerca de 35% dessas desigualdades, diz o BID. Somente o nível de escolaridade dos trabalhadores responde por 25% dessas diferenças. Segundo dados do banco, o salário de um trabalhador com nível universitário pode ser até 85% maior do que aquele de quem tem apenas o ensino primário. No Brasil, o nível de escolaridade pesa mais: cada ano a mais de ensino secundário pode elevar o salário do trabalhador em 15,99%. Em seguida vem o Chile, com 14,15%. Nos Estados Unidos, essa variação é de 9,18%. Cada ano adicional de universidade de um trabalhador brasileiro pode representar 23,29% a mais no bolso no fim do mês. No Chile, essa diferença é de 21,27% e nos EUA, de 13,48%. (O Globo, 21/10/03)

“G22” y “ALCA light”: dos debates clave - Los más de mil millones de dólares diarios que los países ricos destinan a la protección de sus agriculturas se convirtieron en la gran manzana de la discordia de las últimas cumbres internacionales: fue la causa principal de la “debacle de Cancún” y el freno principal al estancamiento de las negociaciones para armar la

agenda de la próxima cumbre del ALCA en noviembre próximo en otra ciudad balnearia, esta vez Miami, en el Caribe estadounidense.

La creación del grupo G22 (o "G20 plus" como prefieren llamarlo los diplomáticos), integrado por los países en vías de desarrollo como India, Pakistán, Sudáfrica, Chile, Brasil, China y la Argentina, entre otros, cambió las relaciones de fuerza en las mesas de negociación internacionales. El desafío ya no es solo vociferar enfáticamente su rechazo a los subsidios agrícolas sino aprovechar y hacer sinergia entre las diferentes "sillas de negociación" en las autopistas del comercio internacional cuyas principales rondas son: Bilaterales (básicamente el MERCOSUR); Birregionales (negociación entre el Mercosur y la Unión Europea (UE); MERCOSUR más uno(Perú) y las instancias hemisféricas como OMC y ALCA.

El secretario ejecutivo del Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO) y profesor de Teoría Política de la Universidad de Buenos Aires, Atilio Borón sostiene que el fracaso de Cancún es un golpe muy fuerte para países ricos como los EE.UU., la Unión Europea, Corea del Sur y Japón que quieren un esquema mundial basado en la explotación sistemática de los países de la periferia. "El hecho de no llegar a ningún acuerdo y la rebelión de los países del G20 plus reveló que el orden mundial que ellos pretenden incorporar tiene escasa viabilidad: mientras nos exhortan a un liberalismo global, siguen siendo proteccionistas, subsidiadores y reguladores de su economía para beneficio propio", siguió Borón.

El canciller brasileño Celso Amorim fue la voz cantante del grupo G20 plus en Cancún y se aseguró un papel central en la próxima cumbre del ALCA, en noviembre próximo, en la ciudad de Miami, porque tanto Brasil como los Estados Unidos presidirán la ronda internacional. "El término ALCA me hace pensar en el sacro Imperio romano germánico que, como dice un pensador del siglo XIX, no era ni sacro ni imperio ni romano ni germánico", explicó hace pocos días Amorim al diario paulista O Estado do Sao Paulo.

"La idea de que el ALCA pueda ser el equivalente americano del proyecto de integración europea, al igual que el Mercosur, es ilusoria. Al abarcar países en diversas etapas de desarrollo, el ALCA es un proyecto sui generis, cuya identidad está siendo moldeada en función de expectativas no siempre convergentes, que precisan ser debatidas por los distintos participantes", agregó Amorim.

Sin embargo, para Rosendo Fraga, director del Centro de Estudios Nueva Mayoría, "la opción de un "ALCA light" se vuelve vital para países en vías de desarrollo como la Argentina, porque se trata de una alternativa más acotada, tendiente a conciliar las posiciones de Washington y Brasilia. El Mercosur ha venido planteando la posibilidad del acuerdo "cuatro más uno", es decir entre el Mercosur y los EE.UU., como una alternativa al ALCA".

Por su parte, Estados Unidos patea el tablero del consenso y apuesta a culminar las negociaciones para crear un ALCA "abarcador" a fines del 2004. El vice representante de comercio estadounidense, Peter Allgeier declaró a los medios del mundo en la ultima reunión de la ONU en Nueva York que "la reunión ministerial del ALCA en noviembre en Miami será un hito crítico", al evaluar la viabilidad de una zona de libre comercio desde Alaska a Tierra del Fuego.

Rosendo Fraga refuerza la idea de que ALCA no significa descartar el MERCOSUR: "La posibilidad de negociar el ALCA desde una zona de libre comercio de América del Sur, parece ser una estrategia de Brasil que puede terminar siendo una alternativa válida. Además, esta negociación, debe contemplar la posibilidad de lograr acuerdos con otros países y regiones. Es decir que la negociación con los EE.UU. no debe anular la que el MERCOSUR está realizando con la Unión Europea o con Sudáfrica". (*Clarín* - 3 de octubre de 2003)



Correspondência

Congreso de Delegados de la APUYAE

Estimados Srs.

Como lo establece nuestro Estatuto Orgánico, anualmente se realiza el CONGRESO ORDINARIO DE DELEGADOS, que es el órgano máximo de la Institución. Este año el mismo se realizó en la ciudad de Córdoba, durante los días 11 y 12 de octubre de 2003, participando en el mismo

profesionales de todo el país y perteneciente a la mayoría de las Empresas, Organismos y Entes del Sector Eléctrico.

Agradeceríamos su publicación en el Correo Sindical

Muchas Gracias

BUCCIGROSSI- APUAYE



Asociación de Profesionales Universitarios del Agua y la Energía eléctrica

DECLARACION DEL CONGRESO DE DELEGADOS DE APUAYE 2003

Este Congreso tiene lugar en un momento singular de la historia política nuestro país, con un gobierno recién instalado, que intenta revertir una tendencia disgregante de la sociedad, profundizada durante la "década de los 90".

El hecho es que el daño institucional que se le ha inferido al país es enorme, y requerirá un gran esfuerzo para volver a posicionarlo en la senda de la producción y la cultura del trabajo.

Es difícil aceptar que un país que produce alimentos para más de 300 millones de personas, tenga la mitad de su población bajo la línea de pobreza.

Habrá que refundar el país, al que las prácticas mafiosas han desquiciado. Advertimos en las nuevas autoridades la voluntad de hacerlo a partir de las medidas que se están tomando.

Es aquí donde vemos la posibilidad de fortalecer las actividades básicas de la Asociación, en el campo gremial y en el sector eléctrico y de los propósitos múltiples a partir de los usos del recurso agua.

Sostenemos que la sociedad tiene que recrear una serie de valores desde el campo ético y moral, tarea que no es solo del gobierno, sino que debe instrumentarse a través de toda la población.

Las entidades intermedias como APUAYE, deben tener un rol preponderante para sumarse al esfuerzo conjunto, a partir de acciones que requieran del conocimiento específico de los profesionales.

Acorde con este propósito, es importante el documento producido por la Asociación, "Diagnóstico y Propuestas", que ha permitido tomar contacto con las autoridades y proponer acciones tendientes a minimizar los riesgos de desabastecimiento eléctrico, que se ciernen de no tomarse las medidas conducentes a su solución.

El Estado deberá marcar los caminos para este cambio. El Estado es un proyecto humano que se construye día a día, y refleja un tiempo histórico pasajero y, como cualquier proyecto humano no debiera sucumbir al pragmatismo, renunciando a la necesaria utopía.

Es necesario dejar de lado el papel desertor del Estado que produjo la carencia de un planeamiento estratégico, dejando en

manos del sector privado las decisiones claves del desarrollo, lo que deberá replantearse con una nueva política energética. En este sentido deberá preservarse una oferta diversificada de generación donde se concluyan las obras básicas de generación nuclear, compatibilizando la integración con los países del MERCOSUR. Por otro lado, deberán imaginarse mecanismos de financiación para la expansión sostenida de los sistemas de transporte y distribución.

Se debe priorizar la dimensión social de la prestación del servicio eléctrico a partir del derecho a la inclusión social. Esto lleva inevitablemente al análisis tarifario, para lo cual se debe remontar a la lógica del momento privatizador, cuando sólo en casos parciales fue tenida en cuenta su incidencia social. Al replantear tan importante tema deberemos abocarnos a la protección de los sectores sociales más vulnerables, privilegiando la universalización de las prestaciones.

Se deberán potenciar los mecanismos de diálogo de las empresas y organismos del sector con las asociaciones sindicales que permitan desarrollar aspectos claves que resultan de interés para el trabajador. En este sentido surge la necesidad de destacar el esfuerzo realizado por APUAYE en concretar nuevos convenios colectivos de trabajo. Al respecto se considera de suma importancia esta actividad básica que sustenta todo el accionar de la Asociación, y permite concretar la simbiosis necesaria entre las necesidades laborales del trabajador intelectual, y las necesidades de las empresas y organismos de contar con personal profesional para el logro de sus fines.

En este proceso que comienza, debería potenciarse al personal universitario, ventaja comparativa de nuestro país, dada la alta calidad educativa del mismo, a partir de la consideración realizada sobre su formación profesional. Se deberá continuar el plan de acción propuesto por el ICAPE y el valioso intercambio de experiencias a través de la revista UNICA.

Concluyendo, advertimos que se abre un espacio para recrear la esperanza de un país mejor, donde gobernantes y gobernados en un esfuerzo conjunto, puedan construir una sociedad más justa, más equitativa, sin privilegios ni exclusiones.

Córdoba, Octubre de 2003.